

Mulher encarcerada: a educação como um caminho alternativo à prisão e o papel do(a) pesquisador(a)

Camila Maximiano Miranda Silva

Mara Regina Martins Jacomeli

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Resumo

Este artigo objetivou traçar o perfil das pesquisas realizadas em educação com a temática mulher encarcerada, e aprofundar reflexões sobre o papel do(a) pesquisador(a) em educação que se dedica a investigação de temas relacionados ao aprisionamento feminino. Este estudo também teve o intuito de refletir sobre os caminhos alternativos à prisão, considerando o papel da educação como crucial neste propósito.

Palavras-chave: mulher encarcerada; papel do(a) pesquisador(a); educação

Imprisoned women: education as an alternative to prison and the researcher's role

Abstract

This article aims to draw a profile of research conducted in the educational field under the theme imprisoned women, and to deepen reflections on the role of the education researcher dedicated to investigating issues related to female imprisonment. This study also aimed to think of alternatives to prison, considering the role of education role as crucial in this regard.

Keywords: imprisoned women; role of the education researcher; education

1. Introdução

Gostaríamos de iniciar as reflexões presentes neste artigo com as palavras de Bertolt Brecht: “Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”. Imbuídas deste sentimento fomos motivadas a refletir sobre o papel do(a) pesquisador(a) em educação que se dedica ao estudo da população que mais padece das consequências da discriminação de classe, gênero e raça: a mulher encarcerada.

Para incitar as discussões que permeiam este artigo fazemos um breve relato de uma representante do MST¹ sobre um fato cotidiano, aparentemente simples, da sala de aula de seu filho:

Meu filho estava tendo problemas na escola regular, a professora me chamou várias vezes na escola pois ele não conseguia aprender matemática. A professora disse que havia utilizado de vários métodos para ensiná-lo a subtrair, disse que pegou cinco lápis do menino, tirou três e entregou para o coleguinha da sala dele e perguntou a ele quantos lápis restavam, a resposta do meu filho era sempre cinco. A professora então entrou em contato comigo sobre a dificuldade do meu filho e eu disse para ela que ensinamos nossas crianças que dar ao colega alguns de seus lápis não é perder. O problema estava na forma com que a professora estava ensinando a subtração. Para meu filho, tirar dele três lápis e entregar para o colega não é considerado perda, mas compartilhamento. Para ele os cinco lápis eram de todos, mesmo que tirasse três dele e entregasse para o colega eles ainda teriam os cinco lápis.²

Esse relato nos gerou muitas inquietações e questionamentos sobre o papel do(a) professor(a) e do(a) pesquisador(a). Uma das tarefas essenciais do(a) professor(a) é o compromisso com o desenvolvimento de práticas educativas que vincule os processos de ensinar e aprender ao universo cultural e as formas de aprendizagem de cada população, partindo também das experiências de vida dos(as) alunos(as). Como afirma Paulo Freire (1996, p. 30), temos o dever de respeitar os saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares, estabelecendo uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos.

O(a) pesquisador(a) deve se comprometer em produzir um conhecimento que parta das necessidades e interesses dos movimentos coletivos e que tenha como ponto de chegada um conhecimento que oriente sua práxis em todo âmbito da sociedade (FRIGOTTO, 2014, p. 133). Como pesquisadores(as) muitas vezes tomamos o nosso objeto de pesquisa a partir da nossa visão egocêntrica, levando em consideração aquilo que pensamos ser relevante baseado no nosso lugar de fala, não consideramos a cultura, as condições, as necessidades, os interesses e o lugar de fala das pessoas que pesquisamos. Temos realizado pesquisas desvinculadas das lutas concretas das classes trabalhadoras, assumindo uma postura, como afirma Kosik (*apud* FRIGOTTO, 2014, p. 133) do *comissário*. “O comissário não atua para o coletivo, mas vale-se das lutas e da organização dos movimentos da classe trabalhadora em proveito próprio”, uma tendência, denominada por ele de esquerdismo acadêmico. Florestan Fernandes (1980) nos faz pensar em nosso papel enquanto pesquisadores(as) e no nosso compromisso em produzir pesquisas que tragam reflexões sobre o caráter contraditório da realidade histórica e que se coloque a serviço do povo brasileiro para que este adquira consciência de si próprio e perceba a necessidade da mudança:

Cabe-nos agir com uma *intelligentsia* crítica e militante que não está morta. [...] A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às necessidades econômicas,

¹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

² Esse relato foi proferido por uma representante do MST em uma reunião para implantação do curso de Pedagogia da Terra em uma faculdade de Minas Gerais. Fizemos o esforço de reproduzir na íntegra seu relato. Este foi construído a partir da nossa memória sobre a reunião.

culturais e políticas: pôr o Povo no centro da história, como mola mestra da Nação e da revolução democrática. [...] O que *devemos fazer* não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas intelectuais possuem outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro, para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis, a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma ordem social democrática e um Estado fundado na dominação efetiva da maioria. [...] É em uma nova relação aberta, profunda e constante com as pressões de baixo para cima que ele poderá engolfa-se na cena histórica, não como o protótipo pequeno-burguês do intelectual engajado, mas como um elo entre o protesto das massas e os ritmos autenticamente democráticos da revolução nacional. (FERNANDES, 1980, p. 245-251)

Assim, é preciso entender quem é o “povo” a quem se destina nossas pesquisas. Este “povo” brasileiro é proveniente da massa da classe trabalhadora, que padece as vicissitudes da precarização cada vez mais exacerbada do trabalho, um “povo” que vivencia cotidianamente as consequências da mutilação dos seus direitos sociais. Em meio a este “povo”, existem aqueles(as) ainda mais vulneráveis, invisíveis para a sociedade do capital, um “povo” cujo efeito da redução de direitos, dos cortes orçamentários é ainda mais desastroso, um “povo” historicamente discriminado: as mulheres encarceradas. “Os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis [...] pelas condições de vida que lhes são impostas socialmente pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos” (SANTOS, 2020, p. 26-27).

Neste sentido, este artigo objetiva: traçar um perfil das pesquisas realizadas em educação com a temática “mulher encarcerada”; aprofundar reflexões sobre o papel do(a) pesquisador(a) em educação que se dedica a investigação de temas relacionados ao aprisionamento feminino; e verticalizar análises sobre a educação como um caminho alternativo à prisão.

2. Mulher encarcerada: o perfil das teses e dissertações em educação da CAPES

O aprisionamento feminino tem crescido significativamente no Brasil. Em 2016 das 726.700 pessoas encarceradas no país 42.355 eram mulheres. O Brasil é o quarto país com maior população prisional feminina do mundo. Em primeiro lugar estão os Estados Unidos com 211.870 mulheres presas, em seguida a China com 107.131 e a Rússia com 48.478. Em 2000 o número de mulheres presas correspondia a 5.600, em 2010 este número aumenta para 28.200, já em 2016 atingiu o patamar de 42.000 mulheres encarceradas, apontando para um crescimento de 656% em comparação ao ano 2000 (BRASIL, 2018). Em 2017 (BRASIL, 2017) o número de mulheres presas correspondia a mais de 37.000. Este número se mantém chegando a 37.200 em 2019 (BRASIL, 2019).

O perfil da população feminina encarcerada é composto por mulheres jovens de 18 a 29 anos (50%), negras (62%), 45% delas possuem ensino fundamental incompleto, 62% são solteiras, 74% possuem filhos, 62% estão presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas e 41% estão condenadas de quatro a oito anos de prisão (BRASIL, 2018).

O crescimento do aprisionamento feminino e o perfil das mulheres presas do Brasil nos alertam para a necessidade de estudos que abordem essa temática. Neste sentido, para traçar o perfil e quantificar o número de teses e dissertações produzidas com o tema mulher encarcerada, realizamos um levantamento de todas as teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O perfil³ das dissertações e teses foi traçado baseado em categorias do próprio site da CAPES.

³ A pesquisa para levantamento de teses e dissertações da CAPES foi realizada em fevereiro de 2020.

Dentre elas selecionamos as seguintes: tipo⁴ (mestrado, doutorado, mestrado profissional e profissionalizante), ano⁵, grande área do conhecimento⁶, área do conhecimento⁷ e área de avaliação⁸.

Este refinamento trouxe um resultado de 1.575 estudos, entre dissertações e teses, sendo 1.200 dissertações e 375 teses. É importante mencionar que o resultado do refinamento realizado foi amplo, uma vez que uma das palavras utilizadas para o rastreamento inicial foi “mulher”, sendo assim, o site gera um resultado com as pesquisas cadastradas que envolvem a mulher, não apenas a mulher encarcerada/presa. A opção por fazer um rastreamento amplo justifica-se pelo fato de que nem todas as pesquisas apresentam diretamente as palavras “encarcerada” e/ou “presa” para se referir a mulher encarcerada, algumas podem apresentar as palavras “cárcere”, “sentenciada”, “prisão”, “cadeia feminina”, “privadas de liberdade”, dentre outras, o que também remete à mulher presa/encarcerada. Por isso, objetivamos fazer um rastreamento mais amplo e cuidadoso para que todas as pesquisas cadastradas no site da CAPES referente a mulher presa/encarcerada fossem listadas neste estudo.

Foram analisados os títulos, resumos, sumários e o caminho metodológico das pesquisas encontradas. Após realizar as análises chegamos a um resultado de trinta e seis pesquisas relacionadas ao tema: Mulher encarcerada/presa. É importante ressaltar que utilizamos como critérios de inclusão as pesquisas disponibilizadas para detalhamento⁹ no site da CAPES e que foram realizadas diretamente com mulheres presas¹⁰. Dos trinta e seis estudos encontrados apenas dezesseis atendiam aos critérios elencados. Destas dezesseis pesquisas, quatorze eram dissertações de mestrado e dois teses de doutorado, sendo três mestrados em sociologia, dois em ciências sociais, dois em serviço social, dois em política social, três em educação (a saber: educação; educação agrícola; educação: história, política, sociedade); um em políticas públicas e desenvolvimento local; um em direitos humanos, cidadania e violência. Os outros dois trabalhos eram teses de doutorado em sociologia. Os resultados encontrados foram dispostos em uma tabela categorizada da seguinte forma: os(as) autores(as) das pesquisas; título; ano de conclusão; área do mestrado ou doutorado; nome da instituição de ensino; estabelecimento penal em que a pesquisa foi realizada; breve

⁴ O tipo de pesquisa foi restrito a doutorado e mestrado, não englobando as pesquisas de mestrado profissional e profissionalizante.

⁵ O levantamento das teses e dissertações da CAPES foi realizado entre os anos de 2013 a 2019, uma vez que foi a partir de 2013 que as teses e dissertações foram disponibilizadas na plataforma sucupira. Além disso, as pesquisas estão disponíveis no site até o ano de 2019.

⁶ As grandes áreas do conhecimento selecionadas foram ciências humanas e ciências humanas aplicadas.

⁷ As áreas do conhecimento selecionadas foram: antropologia, ciência política, educação, educação de adultos, educação em periferias urbanas, educação profissionalizante, filosofia, fundamento do serviço social, história, história do Brasil, história latino-americana, história regional do Brasil, outras sociologias específicas, políticas públicas, serviço social, serviço social aplicado, sociologia, ética.

⁸ A área de avaliação se restringiu a: Educação, Filosofia, História, Serviço Social e Sociologia.

⁹ Muitas pesquisas estão cadastradas no site da CAPES, porém, não estão disponíveis para análise, consta apenas o resumo destes trabalhos. Por isso um dos critérios de inclusão das pesquisas neste rastreamento foi restrito também à disponibilização dos estudos no site da CAPES para detalhamento.

¹⁰ Este rastreamento também se restringiu a estudos cuja pesquisa empírica foi realizada diretamente com a mulher presa, com a tentativa de encontrar pesquisas que apresentem: o percurso do(a) pesquisador(a) para inserção no sistema prisional; as impressões desses(as) pesquisadores(as) sobre os estabelecimentos prisionais, suas vivências e observações; a forma com que as entrevistas e/ou oficinas e/ou grupos focais... foram realizados(as) com as mulheres e em que circunstâncias. Enfim, a escolha por trabalhos realizados diretamente com as mulheres presas também perpassa pela tentativa de buscar estudos que se aproxime mais dessas mulheres, que nos tragam mais fielmente a realidade de dentro “das grades”, que vá até o lugar de fala dessas mulheres trazendo as impressões e percepções de onde elas estão.

descrição do objetivo das pesquisas¹¹. Segue a tabela com os dados¹²:

Tabela 1

	Pesquisador(a)	Título	Ano de conclusão¹³	Mestrado/ Doutorado em	Inst. de ensino¹⁴	Est. prisional¹⁵
1	BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni	Gênero, cárcere e família: Estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas	2013	Mestrado em Sociologia	Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS	Presídio Regional de Bagé, RS
Descrição: o estudo aborda a criminalidade feminina com ênfase no tráfico de drogas e se propõe a oferecer uma contribuição no entendimento do crescente envolvimento de mulheres no negócio das drogas.						
2	CHISTE, Lhaila Carvalho	O trabalho entre mulheres encarceradas	2013	Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	Escola Super. De Ciênc. Da St. Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória/ES	Penitenciária Feminina de Cariacica/ES
Descrição: implicações do trabalho na vida da mulher encarcerada da Penitenciária Feminina de Cariacica (PFC/ES).						
3	FRANCA, Marlene Helena de Oliveira	Prisão, tráfico em maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas	2013	Doutorado em Sociologia	Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa - PB	Penitenciária Feminina Júlia Maranhão/PB
Descrição: trajetória de vida de mulheres presas e como chegaram a praticar atos criminosos; relação entre maternidade e prisão.						

¹¹ A descrição dos objetivos foi transcrita na íntegra, a partir das teses e dissertações disponibilizadas para detalhamento no site da CAPES.

¹² Os dados foram ordenados conforme o ano de conclusão das pesquisas.

¹³ A maioria das pesquisas foram finalizadas no ano de 2013, totalizando quatro. Em 2014 foi concluído um estudo; um em 2015; dois em 2016; três em 2017; três em 2018 e dois em 2019.

¹⁴ As instituições de ensino em que mestrados e doutorados foram concluídos estão localizadas nos estados do Rio de Janeiro (três), Distrito Federal (três), sendo dois na Paraíba, dois em São Paulo, dois no Rio Grande do Sul, um no Espírito Santo, um no Amazonas, um na Bahia, um em Sergipe e um em Minas Gerais.

¹⁵ Os estabelecimentos prisionais pesquisados no Brasil estão situados nos estados de São Paulo (dois), Paraíba (dois), Bahia (dois), Rio de Janeiro (dois), Distrito Federal (dois), Rio Grande do Sul (um), Espírito Santo (um), Amazonas (um), Roraima (um), Minas Gerais (um) e Goiás (um).

4	RAMOS, Ellen Taline de	Educação escolar e formação de mulheres presas	2013	Mestrado em Educação: história, política, sociedade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP	Duas unidades prisionais femininas do Estado de SP ¹⁶
Descrição: especificidades da educação dentro da instituição prisional.						
5	SILVA, Amanda Daniele	Mãe/Mulher atrás das grades: realidade imposta pelo cárcere	2014	Mestrado em Serviço Social	Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca/SP	Cadeia Pública de Franca/SP
Descrição: as principais transformações ocorridas na família monoparental feminina em decorrência do aprisionamento da responsável familiar.						
6	CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha	Mulas, Olheiras, Chefas & outros tipos: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México	2015	Doutorado em Sociologia	Universidade de Brasília, Brasília/DF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal e Penitenciárias do México
Descrição: a partir de um olhar crítico em relação à criminalização de condutas, à criação da figura da/o criminoso/a e à utilização da estratégia proibicionista em relação às drogas, o estudo reflete sobre o contexto latino americano que cerca a complexidade deste fenômeno por meio de experiências localizadas nas capitais federais, Brasília-DF, no Brasil, e da Cidade do México, no México.						
7	LIMA, Marina Torres Costa	Histórias de vida de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas: um estudo sobre identidade de gênero	2016	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB	Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande/PB
Descrição: construção da identidade de gênero de mulheres condenadas com sentença transitada em julgado ou que ainda respondiam a processos criminais pelo crime de tráfico de drogas, no Presídio Regional Feminino de Campina Grande-PB, a partir de suas histórias de vida.						

¹⁶ As unidades prisionais tiveram seus nomes preservados na pesquisa.

8	PRADO, Hannah Zuquim Aidar	O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF	2016	Mestrado em Política Social	Universidade de Brasília, Brasília/DF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal/DF
Descrição: o estudo trata da análise do comércio de drogas na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF.						
9	CARDOSO, Clarice Marques	Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus: vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono	2017	Mestrado em Sociologia	Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM	Instituições prisionais femininas de Manaus/AM
Descrição: o estudo teve o intuito de apreender a criminalidade feminina a partir de suas relações sociais e assim delinear alguns determinantes para a inserção da mulher no crime.						
10	CARVALHO, Jamile dos Santos	Nós trafica, mas nós nunca tem nada: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas	2017	Mestrado em Ciências Sociais	Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA	Conjunto Penal Feminino de Salvador/BA
Descrição: esta dissertação tem como objetivo analisar as trajetórias de vida de jovens mulheres presas por tráfico de drogas e que se encontram em situação de prisão no Conjunto Penal Feminino de Salvador.						
11	SOUZA, Thaina Rosalino de Freitas Carneiro de	(Não) exercício da maternidade dos espaços prisionais femininos no município do Rio de Janeiro	2017	Mestrado em Ciências Sociais	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ	Unidade Materno Infantil (UMI), em anexo à Penitenciária Talavera Bruce/RJ
Descrição: o intuito desse trabalho é aprender sobre o exercício da maternidade em contexto prisional.						
12	ALMEIDA, Giseliene Medeiros	As invisíveis do cárcere: interfaces de mulheres aprisionadas	2018	Mestrado em Educação	Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE	Presídio Regional de Paulo Afonso/BA
Descrição: Esta pesquisa objetiva descrever e analisar o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso/BA, destacando a diversidade de experiência e invisibilidade da condição do público feminino comparativamente ao público masculino prisional.						

13	BRITO, Marcele Marília Costa de	Desafios da educação profissional na cadeia pública feminina de Boa Vista	2018	Mestrado em Educação Agrícola	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ	Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-Roraima/ RR
Descrição: A presente dissertação teve como objetivo investigar a educação profissional na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista-Roraima.						
14	VIEIRA, Glaucia Alves	Assistência religiosa na penitenciária Talavera Bruce: direito na forma de benefício	2018	Mestrado em Política Social	Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ	Penitenciária Talavera Bruce (SEAPTBRJ)
Descrição: a pesquisa analisa de que forma a assistência religiosa na Penitenciária Talavera Bruce torna-se acesso às demais assistências listadas nos artigos 10º e 11º da Lei de Execução Penal, nº 7.210 de 1984 (assistência material, à saúde, jurídica, educacional e social), frente à ineficiente prestação de políticas públicas direcionadas ao preso ou ao egresso nos atuais marcos de precariedade do Estado.						
15	MARTINO, Natalia Cristina Costa	“Se você não tiver família, fica esquecida aqui dentro”: uma análise dos cruzamentos entre as redes familiares e as redes prisionais de mulheres encarceradas	2019	Mestrado em Sociologia	Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/ MG	Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Piep), Belo Horizonte/MG
Descrição: as dinâmicas de sociabilidade entre as presas e agentes penitenciárias; as redes familiares das presas e a interferência na sociabilidade interna da prisão, a interferência da sociabilidade na reorganização das redes familiares das detentas depois da prisão.						
16	SILVA, Miquelly Barbosa da	O lugar social da mulher no tráfico de drogas na região de Luziânia – GO: um olhar sobre as encarceradas no entorno sul do Distrito Federal	2019	Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência	Centro Universitário Euro-Americano Brasília/DF	Presídio feminino do Luziânia /GO
Descrição: O objetivo geral do trabalho é identificar a atuação feminina no mundo do crime, especialmente no de tráfico de drogas, enfatizando e debatendo rupturas e continuidades dos lugares sociais da mulher dentro de uma construção histórica.						

Fonte: Elaboração própria

No perfil das dissertações e teses da CAPES explicitado na tabela, é possível perceber que a maioria das pesquisas abordam temas relacionados ao envolvimento da mulher com as drogas, em

especial com o tráfico de drogas¹⁷. Alguns poucos estudos se debruçam a conhecer a trajetória de vida dessas mulheres e o(os) motivo(os) que as levaram a cometer um ato considerado criminoso pela sociedade. Outros três trabalhos apresentam a relação (ou não) entre maternidade e prisão. Apenas dois estudos investigam a educação no sistema prisional feminino e uma pesquisa aborda as implicações do trabalho na vida da mulher encarcerada. Estes dados chamam a atenção para as poucas pesquisas em educação direcionadas à mulher encarcerada, sobretudo, de estudos que aprofundem reflexões sobre as políticas de qualificação profissional do sistema prisional.

Outro aspecto importante revelado no perfil dos trabalhos selecionados demonstrado na tabela é o fato de todas as pesquisas com mulheres encarceradas terem sido realizadas por mulheres. Isso nos leva a refletir sobre um aspecto importante: o crescimento do número de mulheres em programas de mestrado e doutorado no país, fruto de uma luta história dessas mulheres para a conquista de sua inserção nas graduações e pós-graduações. Dados da plataforma Lattes¹⁸ revelam que de todos os currículos de mestres cadastrados, 53,21% são de mulheres, com destaque para as áreas de ciências humanas e ciências da saúde; e 47,5% dos currículos inseridos na plataforma são de doutoras. Os dados evidenciam um número considerável de mulheres mestres e doutoras. Por um lado, devemos reconhecer que ainda temos muito a conquistar, especialmente se ampliarmos a discussão para a mulher negra. Por outro lado, já existem muitas mulheres docentes, pesquisadoras, o que significa um grande avanço e ao mesmo tempo nos aponta para a importância de continuarmos na luta.

Apesar das consideráveis conquistas da mulher ao longo da história, como o aumento de sua inserção nas pós-graduações, por exemplo, não se pode deixar de enfatizar o sujeito dos estudos dessas pesquisadoras, ou seja, as mulheres, pobres, negras ou pardas, encarceradas. Nesta perspectiva, tanto as pesquisadoras quanto os sujeitos de suas pesquisas são mulheres, no entanto, ambas experenciam gênero de formas diferentes (RIBEIRO, 2019). Ao se falar de mulheres, não se pode universalizar a categoria mulher, há vários contextos que envolvem o “ser mulher”, se faz necessário levar em conta as outras intersecções, como: raça, orientação sexual, identidade de gênero (RIBEIRO, 2019, p. 20), é imprescindível ter um olhar para as questões étnico-raciais. Assim, parte-se do pressuposto de que as pesquisadoras¹⁹ viveram experiências educacionais, de lazer, de oportunidade de acesso a alguns espaços, como a academia, por exemplo, de maneira diferente da encarcerada (RIBEIRO, 2019, p. 61). Dificilmente vamos encontrar uma detenta, ou ex detenta graduada, mestre, quiçá doutora. A grande maioria das presas possui ensino fundamental incompleto (BRASIL, 2018). Neste sentido, o lugar social que ocupam as impede de ter acesso a certos espaços. O fato de essas mulheres encarceradas não estarem nas universidades, nos espaços de produção intelectual dificulta que suas vozes sejam ouvidas (RIBEIRO, 2019, p.63), o que não significa que elas não falem, ou não possuem voz, mas sim que suas vozes são subsumidas por “um modelo valorizado e universal de ciência majoritariamente branco [...] inviabilizando outras experiências de conhecimento” (RIBEIRO, 2019, p. 24).

O perfil das pesquisas encontradas também nos demonstra elementos que nos motivam a refletir sobre nosso papel enquanto pesquisadores(as) em educação que se dedicam ao estudo relacionado à mulher presa.

¹⁷ Dados do INFOPEN de 2017 apontam que o crime de tráfico de drogas corresponde a 59,9% das prisões de mulheres (BRASIL, 2017).

¹⁸ Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/painelLattes/sexofaixaetaria/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

¹⁹ E aqui nos referimos as mulheres pesquisadoras no sentido mais geral e não restrito as mulheres cujos trabalhos foram selecionados para compor a tabela do perfil de dissertações e teses da CAPES.

3. Aprisionamento feminino e o papel do(a) pesquisador(a) em educação

Este artigo teve o objetivo inicial de traçar o perfil das dissertações e teses da CAPES com a temática mulher encarcerada. No entanto, na medida em que este estudo foi sendo desenvolvido, os resultados encontrados incitaram questionamentos e reflexões sobre, especialmente, o papel do(a) pesquisador(a) em educação que se dedica a pesquisar a mulher encarcerada e, assim, elencamos algumas “tarefas” que consideramos essenciais:

1. Refletir sobre quem são essas mulheres encarceradas. O perfil e a análise das pesquisas encontradas revelam a carência de trabalhos que tragam para o debate também as questões étnico-raciais considerando que, conforme dados do INFOPEN, 62% da população carcerária feminina brasileira é negra (BRASIL, 2018). O fato de uma parcela considerável das mulheres encarceradas serem negras evidencia que os(as) pesquisadores(as) que se debruçarem a estudar essa temática precisam considerar as questões étnico-raciais, trazendo para o debate a histórica discriminação de classe, gênero e raça.
2. Levar a efeito a trajetória de vida das prisioneiras a partir do *seu lugar de fala*, já que “o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas [...]” (RIBEIRO, 2019, p. 69) e “[...] pensar o lugar de fala é uma postura ética, pois ‘saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo’” (RIBEIRO, 2019, p. 83). A mulher negra é a que mais padece das vicissitudes da precarização do trabalho e da violência. Dados do IBGE de 2018 revelam que as mulheres pretas ou pardas são: as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (18,6 horas); as que mais trabalham em tempo parcial de até trinta horas (31,3%); as que apresentam maiores taxas de desocupação (16,3%) e de subutilização (22,5%). A maioria das mulheres pretas ou pardas, são provenientes do mercado informal (51,8%). Segundo o IPEA (2019), em 2018, das 6,2 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico remunerado²⁰, mais de 4 milhões eram pessoas negras; destas 3,9 milhões eram mulheres negras, o que representa 63% das pessoas empregadas no trabalho doméstico remunerado. Além disso, de acordo com o Atlas da violência de 2019 (IPEA, 2019) entre as mulheres vítimas da violência letal 66% são negras. É deste cenário que a mulher encarcerada é proveniente, este é o seu *lugar de fala* e, portanto, deve ser considerado nas pesquisas.
3. Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas que tragam a efeito as vozes das mulheres presas na tentativa de evidenciar a fala dessas mulheres e não o que dizem sobre elas, mas o que elas têm a dizer sobre si mesmas. O esforço do(a) pesquisador(a) deve ser no sentido de “trazer para fora das grades”, as vozes dessas mulheres, muitas vezes ocultadas e silenciadas no submundo das prisões, no intuito de produzir um conhecimento comprometido com as necessidades da população feminina encarcerada, desvelando as opressões sofridas por elas, buscando construir rachaduras nas narrativas dominantes dos discursos oficiais (RIBEIRO, 2019).
4. Estabelecer um diálogo com as presas. A pesquisa de campo pode ser um instrumento importante de diálogo com as mulheres encarceradas. Adentrar o sistema prisional não é uma tarefa fácil, os(as) pesquisadores(as) dessa temática, em sua maioria, enfrentam dificuldades para conseguir liberação para realizar estudos nos estabelecimentos penais. Por este motivo, estes estudos já demonstram uma grande relevância. O(a) pesquisador(a) deve saber “usar” desse acesso para estabelecer com as presas um diálogo, atentando para que o contato com as presas não se restrinja meramente a “coleta de dados”, fazendo dessas mulheres apenas

²⁰ O conceito de trabalho doméstico remunerado, segundo a definição do IBGE, refere-se não apenas a trabalhadoras domésticas mensalistas, mas também a diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar continuamente dos domicílios de seus empregadores, bem como de suas famílias.

“informantes” para seu estudo. É possível, a partir das pesquisas empíricas, das entrevistas, buscar estabelecer um diálogo com essas mulheres. Por meio dessa possibilidade de diálogo, o(a) pesquisador(a) pode contribuir com elementos que ajudem essas mulheres a adquirir consciência de si mesmas (FLORESTAN, 1980). A tarefa do(a) pesquisador(a) é, também, oferecer elementos para que essas mulheres, por sua própria conta, reflitam sobre sua vida, sua realidade, na busca por sua autodefinição, já que muitas vezes sua imagem é definida como “um outro negativo” (COLLINS *apud* RIBEIRO, 2019); por isso, essa autodefinição é importante.

5. Produzir um conhecimento: que desvele as determinações políticas, econômicas e sociais que resulta na mutilação dos direitos desses mulheres; comprometido com os interesses da população pobre, negra, encarcerada; que contribua para elucidar caminhos para a transformação da realidade segundo os interesses dessa classe marginalizada; que conceba na sua “análise da sociedade, a noção de que a história, a transformação da sociedade, se dá por meio de antagonismos e conflitos” (ANDERY *et al*, 2004, p. 401); que nos leve a “explorar de maneira criativa terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa âncora principal” (DAVIS, 2018, p. 22), no esforço de pensar alternativas à prisão. Enfim, a construção desses caminhos perpassa pela luta por um modo de vida que contraponha os valores e interesses do capital. Concordando com Davis (2018, p. 116) pensamos que “as escolas devem [...] ser encaradas como a alternativa mais poderosa às cadeias e às prisões”.

4. A educação como um caminho alternativo à prisão

A prisão é intrínseca ao modo de produção capitalista. “A sociedade burguesa, por si mesma, gera o crime, tem origem no crime e conduz a ele” (MANDEL *apud* PINASSI, 2009, p. 87). O próprio movimento de acumulação do capital está associado à exploração do trabalho, o que significa que “a reprodução do movimento necessário à acumulação é também a reprodução da espoliação, do roubo, do logro e, principalmente, da extração do sobretrabalho empregando múltiplos métodos, quase todos muito violentos” (PINASSI, 2009, p. 88). Portanto, “combater” o crime perpassa pelo rompimento e superação da lógica de acumulação do capital. Enquanto vivermos sob a égide do capitalismo, o crime se constituirá como seu elemento inerente e, neste contexto, também as prisões, uma vez que são utilizadas como um instrumento coercitivo para reafirmar a ordem social burguesa (MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Portanto, pensar em uma sociabilidade em que a prisão não seja tão “naturalizada” como a âncora principal no terreno da justiça (DAVIS, 2018, p.22) perpassa, sem sombra de dúvidas, pela superação do sistema capitalista. Nesta direção, criar caminhos alternativos à prisão está relacionado a um *continuum* de ações, como por exemplo: “a desmilitarização das escolas; a revitalização da educação em todos os níveis; a um sistema de saúde que ofereça atendimento físico e mental gratuito para todos e a um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação” (DAVIS, 2018, p. 116). Corroborando a visão de Davis (2018), consideramos a educação como a alternativa primordial às cadeias e prisões, já que

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente [...]. (MÉSZÁROS, 2007, p. 217)

As sementes do que queremos para o mundo futuro devem ser plantas no solo fértil da escola, na luta por uma educação fundada em uma concepção marxista que: associe educação e produção material; leve à formação do homem omnilateral; não se separe da política; articule tempo livre e tempo de trabalho (LOMBARDI, 2010, p. 333). Considerar a educação como um caminho alternativo

ao encarceramento é fazer da escola um ambiente de socialização do conhecimento (SAVIANI, 2011), um ambiente que combata o preconceito de classe e outras estruturas de dominação (DAVIS, 2018). Uma educação que “coloque à disposição das camadas populares os conteúdos mais representativos do que de melhor se acumulou, historicamente, do saber universal [...]” (LIBÂNEO *apud* LOMBARDI, 2010, p. 345).

Uma “educação plena para toda a vida”, considerando a aprendizagem como a própria vida²¹ (MÉSZÁROS, 2007, p. 212). Uma educação “completamente à disposição do povo, que adote práticas político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora” (CONSTANTINO *apud* LOMBARDI, 2010, p. 213). Nas palavras de José Martí (*apud* MÉSZÁROS, 2007, p. 217) “ser cultos es el único modo de ser libres [...] Educar es depositar en cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido; es hacer a cada hombre resumen del mundo viviente hasta el día em que vive...”

Contudo, é urgente a necessidade de reinventar uma nova forma de sociabilidade, calcada na defesa intransigente dos direitos humanos, especialmente dos direitos daqueles(as) que estão nas “zonas de invisibilidade”²²: os(as) refugiados(as), os(as) imigrantes, os(as) índios(as), os(as) negros(as)... e também aquelas que vivem no submundo das prisões: a mulher-negra-pobre. Neste intuito uma educação *para além do capital*²³ tem a função primordial.

Considerações finais

É certo que pensar em alternativas ao encarceramento é um grande desafio, uma vez que a prisão foi naturalizada como a principal forma de punição:

É como se a prisão fosse um fato inevitável da vida, como o nascimento e a morte. [...] As pessoas tendem a considerá-las algo natural. É difícil imaginar a vida sem elas [...]. A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global. (DAVIS, 2018, p. 16)

No entanto, nós enquanto pesquisadores(as) em educação, imbuídos(as) de uma perspectiva marxista de educação, temos o papel de estimular discussões a respeito do encarceramento, produzindo um conhecimento que desvele o que está por trás deste fenômeno naturalizado pela sociedade, a ponto de “fazer com que as pessoas sintam que seus direitos e liberdades estão mais protegidos com as prisões” (DAVIS, 2018, p. 14). Devemos estar comprometidos em produzir um

²¹ Paracelso (*apud* MÉSZÁROS, 2007, p. 208) afirma que “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.

²² Para usar um termo de Boaventura de Sousa Santos (2020).

²³ “As incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma *alternativa concreta* e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito” (grifos do autor. MÉSZÁROS, 2007, p. 220).

conhecimento que problematize: “por que os ‘criminosos’ constituem uma classe²⁴ e, acima de tudo, uma classe de seres humanos que não merecem os direitos civis e humanos concedidos aos outros?” (DAVIS, 2018, p. 121). Um conhecimento que traga à tona o fato de que não só determinadas atividades são consideradas criminosas, mas também populações são criminalizadas por serem negras, pobres, refugiadas, imigrantes... Temos a tarefa de produzir um conhecimento que aponte caminhos alternativos à prisão, “viabilizando aos que vivem do trabalho o acesso e a emancipação aos conteúdos e saberes elaborados pela humanidade, possibilitando uma potencialização de sua luta em defesa de seus interesses” (LOMBARDI, 2010, p. 349).

Enfim, produzir um conhecimento que não se restrinja apenas a conhecer e compreender a realidade, mas um conhecimento que, a partir dessa compreensão, aponte alternativas para a superação das relações capitalistas objetivando diminuir a miséria da existência humana (GAMBOA, 2007).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Giseliene Medeiros. **As invisíveis do cárcere: interfaces de mulheres aprisionadas**. 2018. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2018.

ANDERY, M. A. e outros. **Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni. **Gênero, cárcere e família: Estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas**. 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - **INFOPEN Mulheres** - 2ª ed. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**/junho de 2017. 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf/view. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - **Painel Interativo/dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFiMDktNzRlNmFkNTM0Mmwi3liwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRITO, Marcele Marília Costa de. **Desafios da educação profissional na cadeia pública feminina de Boa Vista**. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2018.

CARDOSO, Clarice Marques. **Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus: vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono**. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2017.

²⁴ Nas palavras de Davis (2018, p. 121), “O encarceramento está associado à racialização daqueles que têm mais probabilidade de ser punidos. Está associado a sua classe e, como vimos, a seu gênero, que também estrutura o sistema penal”.

- CARNEIRO, Ludmila Gaudad Sardinha. **Mulas, Olheiras, Chefas & outros tipos**: Heterogeneidade nas dinâmicas de inserção e permanência de mulheres no tráfico de drogas em Brasília-DF e na Cidade do México. 2015. 412f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2015.
- CARVALHO, Jamile dos Santos. **Nós trafica, mas nós nunca tem nada**: trajetórias de vida de mulheres criminalizadas por tráfico de drogas. 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2017.
- CHISTE, Lhaila Carvalho. **O trabalho entre mulheres encarceradas**. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local). Escola Super. De Ciênc. Da St. Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória/ES, 2013.
- DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- FLORESTAN, Fernandes. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FRANCA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, tráfico em maternidade**: um estudo sobre mulheres encarceradas. 2013. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba/ João Pessoa/PB, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli Salette; ALENTEJANO, Paulo (orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 109-135.
- GAMBOA, Silvio A. Sanchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: Reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: dez. 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Atlas da Violência** – 2019. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
- LIMA, Marina Torres Costa. **Histórias de vida de mulheres condenadas pelo tráfico de drogas**: um estudo sobre identidade de gênero. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2016.
- LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MARTINO, Natalia Cristina Costa. **“Se você não tiver família, fica esquecida aqui dentro”**: uma análise dos cruzamentos entre as redes familiares e as redes prisionais de mulheres encarceradas. 2019. 256f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.
- MELOSSI, Darío; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan: ICC: 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PRADO, Hannah Zuquim Aidar. **O comércio de drogas ilegais na trajetória de trabalho de mulheres presas na Penitenciária Feminina do DF**. 2016. 155f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

RAMOS, Ellen Taline de. **Educação escolar e formação de mulheres presas**. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação: história, política, sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP, 2013.

RIBEIRO, Djamilia. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina; 2020. E-book. ISBN 978-972-40-8496-1.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/Mulher atrás das grades**: realidade imposta pelo cárcere. 2014. 185f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca/SP, 2014.

SILVA, Miquelly Barbosa da. **O lugar social da mulher no tráfico de drogas na região de Luziânia – GO**: um olhar sobre as encarceradas no entorno sul do Distrito Federal. 2019. 128f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência). Centro Universitário Euro-Americano Brasília/DF, 2019.

SOUZA, Thaina Rosalino de Freitas Carneiro de. **(Não) exercício da maternidade dos espaços prisionais femininos no município do Rio de Janeiro**. 2017. 84f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2017.

VIEIRA, Glaucia Alves. **Assistência religiosa na penitenciária Talavera Bruce**: direito na forma de benefício. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2018.

Camila Maximiano Miranda Silva

Pós-doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

E-mail: camilamaximiano@ufu.br

Mara Regina Martins Jacomeli

Livre-docente da Faculdade de Educação da Unicamp/SP/Brasil. Pesquisadora do Grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil - Histedbr.

E-mail: mararmj@gmail.com